

Com reformas, México tem rating elevado

Por De São Paulo e Washington, 06/02/2014 às 00h00

O México cresceu 1,2% em 2013 e o Brasil, cerca de 2,2%. Por que, então, é melhor avaliado e teve sua classificação de risco elevada pela Moody's de Baal para A3, dois degraus acima da nota brasileira? Para a agência, o México foi premiado porque fez reformas estruturais no ano passado - a maior parte feitas há muito no Brasil - que devem fortalecer o crescimento e os fundamentos fiscais. Além disso, teve a perspectiva fiscal reforçada por um vigoroso corte de gastos.

Para o economista Arturo Porzecanski, o Brasil vem perdendo credibilidade fiscal e monetária e não tem se empenhado em promover reformas. "Faz sentido a decisão da Moody's", afirmou.

Porzecanski vê país em melhor situação

Por Sergio Lamucci | De Washington, 06/02/2014



México tem melhores perspectivas de crescimento e mais credibilidade fiscal e monetária que o Brasil, diz Arturo Porzecanski, da American University.

O México fez reformas estruturais que vão impulsionar o crescimento e tem uma situação fiscal e monetária bastante confortável, o que justifica a melhora da classificação de risco pela Moody's, uma situação muito diferente da vivida pelo Brasil, diz o economista Arturo Porzecanski, diretor do Programa de Relações Econômicas Internacionais da American University, em Washington. Para ele, o Brasil perdeu nos últimos anos credibilidade fiscal e monetária e não tem se empenhado em promover reformas, havendo o risco de um rebaixamento da nota de crédito por uma das agências de rating.

O uruguaio Porzecanski diz que faz sentido a decisão da Moody's de elevar o rating do México, mesmo depois do fraco crescimento registrado em 2013 - segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mexicana deve ter avançado apenas 1,2% no ano passado, previsão inferior até mesmo aos magros 2,3% esperados para o Brasil. "O rating é um julgamento de longo prazo, relacionado à vontade e à capacidade de pagar a dívida ao longo das próximas décadas", afirma ele.

Para Porzecanski, o conjunto de reformas promovido pelo governo do presidente Enrique Peña Nieto deve atrair um volume expressivo de recursos para a economia, elevando a capacidade de o México crescer a taxas mais altas de modo sustentável. O país aprovou mudanças em áreas importantes como o mercado de trabalho, educação, petróleo e gás, eletricidade, mídia e telecomunicações. O Brasil, em contraste, perdeu o ímpeto reformista.

Outra grande diferença entre os dois países é a situação inflacionária, diz Porzecanski. O México tem índices de preços comportados, com um banco central com credibilidade, que mantém os juros baixos há bastante tempo. No Brasil, o quadro é outro. Porzecanski afirma que o Banco Central (BC) "tentou dar oxigênio à economia, esquecendo os objetivos anti-inflacionários", como indicado pela inflação perto do teto da meta, de 6,5%. Em 2013, porém, a autoridade monetária retrocedeu e passou a elevar os juros a partir de abril do ano passado, aumentando a Selic de 7,25% para 10,5% ao ano. Mas isso ainda não reconquistou a credibilidade, avalia Porzecanski. Recuperar a credibilidade, segundo ele, é um processo demorado, que pode levar anos.

O economista também destaca que o México foi duramente atingido pela crise nos EUA e, apesar de ter sofrido bastante com o tombo da atividade do vizinho, passou bem pelo "teste de estresse". O governo fez um pouco de política anticíclica, mas sem os exageros cometidos no Brasil, onde o superávit primário foi significativamente reduzido e os empréstimos dos bancos públicos aumentaram muito, diz Porzecanski, economista-chefe para mercados emergentes do ABN Amro entre 2000 e 2005 e economista-chefe para as Américas do ING entre 1994 e 2000.

A política fiscal também é outra diferença entre o México e o Brasil, segundo ele. A dívida bruta mexicana é consideravelmente menor que a brasileira. Para Porzecanski, o Brasil elevou demais as despesas nos últimos anos. Agora é necessário reduzir o ritmo de expansão dos gastos públicos e gerar um superávit primário (o resultado fiscal sem incluir gastos com juros) mais robusto. Mas, enquanto o BC tem agido para tentar reconquistar a credibilidade, o mesmo ainda não ocorreu no front fiscal. "Não sei se as agências vão rebaixar a dívida brasileira, mas ficou claro que elas fizeram um alerta", diz o professor da American University. Segundo Porzecanski, seria importante fazer reformas e mudar a orientação das contas públicas, tarefas difíceis num ano em que haverá eleições presidenciais e a Copa do Mundo.

O economista também diz que a proximidade do Brasil com Argentina e Venezuela não ajuda, ainda que a situação brasileira em termos de inflação e contas públicas seja bem melhor que a desses países. "Não são boas companhias", afirma ele. Por todos esses fatores, Porzecanski acredita que o México tem melhores perspectivas de crescimento do que o Brasil.

<http://www.valor.com.br/financas/3420964/porzecanski-ve-pais-em-melhor-situacao#ixzz2sY4XWZff>